

RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.814 - PR (2019/0232796-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : JOSE ROBERTO MARQUES
ADVOGADO : PAULO HENRIQUE RUIZ LEITE - PR065345
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : FABIULA MULLER KOENIG - PR022819
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - PR056918

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JOSÉ ROBERTO MARQUES, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, em face de acórdão assim ementado (fls. 75/76):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE AFASTOU TESE DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

RECURSO DO EXECUTADO. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. VERIFICAÇÃO. ENTENDIMENTO FIXADO PELO STJ EM JULGAMENTO DE INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA N.º 1.604.412/SC. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE QUE SE INICIA APÓS UM ANO DA SUSPENSÃO PROCESSUAL POR AUSÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS E QUE SE CONFIGURA COM A INÉRCIA POR PRAZO SUPERIOR AO DA PRESCRIÇÃO DO DIREITO MATERIAL PERSEGUIDO. INAPLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO DO ARTIGO 1.056 DO CPC/15 QUANDO A PRESCRIÇÃO JÁ ESTAVA CONSUMADA NA VIGÊNCIA DO ATUAL DIPLOMA PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PRÉVIA À DECRETAÇÃO DA PRESCRIÇÃO, PARA EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO, OBSERVADA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE RECONHECIDA. PROVIMENTO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 924, INCISO V DO CPC COM FIXAÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. PLEITO DE FIXAÇÃO DOS

HONORÁRIOS RECURSAIS EM PERCENTUAL. NÃO PROVIMENTO. PROCESSO QUE TRAMITA HÁ MAIS DE 20 ANOS, COM APENAS DUAS INTERVENÇÕES DO PROCURADOR DO EXECUTADO. FIXAÇÃO EM PERCENTUAL QUE SE MOSTRA INCOMPATÍVEL COM O TRABALHO REALIZADO. FIXAÇÃO QUE DEVE SE DAR POR EQUIDADE, RESPEITADO O PERCENTUAL MÍNIMO DE 1% (UM POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, bem como dissídio jurisprudencial. Defende a fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais entre 10% e 20% sobre o valor atualizado da causa.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Corte local reformou a sentença para determinar a fixação dos honorários sucumbenciais por apreciação equitativa, eis que extinta a execução pelo reconhecimento da ocorrência da prescrição intercorrente (fls. 80/81):

Em decorrência da extinção da execução, condeno o agravado ao pagamento das custas e despesas processuais e, ainda, dos honorários advocatícios dos patronos da parte contrária.

Em relação aos honorários advocatícios, registro que não houve condenação sendo que, em regra, os mesmos poderiam ser fixados, nos termos do artigo 85, § 2º do CPC/15, em percentual sobre o proveito econômico ou valor da causa, como pleiteia o agravante.

No entanto, este Tribunal tem admitido a fixação por equidade, nos termos do § 8º do artigo 85 do CPC, para as hipóteses em que o valor alcançado com a utilização da regra do § 2º do mesmo artigo seja extremamente desarrazoado em relação ao trabalho realizado.

In casu, o processo tramitou desde 29/02/1996, com diversas intervenções dos patronos do apelado. O exequente, embora citado em 08/04/1996 (mov. 1.14), manteve-se inerte nos autos, tendo constituído procurador e se manifestado somente em agosto de 2018, pleiteando o reconhecimento da prescrição intercorrente. Ante o

indeferimento, interpos o recurso.

Ainda, na petição em que arguiu a prescrição, de 16 paginas, o agravante dedicou 6 para pleitear a fixação de honorários em percentual. No recurso, de 20 páginas, 5 são dedicadas a tese dos honorários advocatícios.

Não bastasse a pequena participação dos procuradores do agravante no feito, a matéria que gerou o provimento do recurso e a extinção da execução é pacificada por meio do julgamento de assunção de competência, pelo STJ, sendo que seria reconhecida de ofício por este Tribunal, mesmo sem a participação dos procuradores.

Registro que o proveito econômico no caso autos, conforme última atualização nos autos, alcança o valor de R\$ 332.145,31 (trezentos e trinta e dois mil, cento e quarenta e cinco reais e trinta e um centavos). Caso fixado em percentual, mesmo que no mínimo legal, geraria um valor de R\$ 33.214,53 (trinta e três mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e três centavos).

Assim, entendo que o caso dos autos é peculiar, devendo a fixação dos honorários advocatícios se dar com base no § 8º do artigo 85 do CPC.

Por outro lado, registro que o STJ tem estabelecido que em situações de fixação de honorários por equidade, deve-se respeitar o limite mínimo de 1% sobre o valor da causa. Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. DÍVIDA ATIVA. INCONFORMISMO QUANTO AO VALOR DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. VALOR INFERIOR À UM POR CENTO DO VALOR DA CAUSA OU DA CONDENAÇÃO. AFASTAMENTO DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. I - ... IV - Recentemente, a jurisprudência desta Corte tem superado óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ para, atendendo o princípio da razoabilidade, considerar irrisórios ou ínfimos os honorários . Nesse sentido: advocatícios fixados em patamar inferior a 1% do valor da Causa. Nesse sentido: REsp 1.644.682/RO, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 7/12/2017, DJe 15/12/2017; AgInt no REsp 1.513.065/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 5/12/2017, DJe 5/3/2018; REsp 1.692.026/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 10/10/2017,

Superior Tribunal de Justiça

DJe 23/10/2017; AgInt no REsp 1.368.944/PR, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Rel. p/ Acórdão Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 27/9/2016, DJe 9/11/2016. V - ... VI - Agravo interno provido. (AgInt no REsp 1704075/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 27/08/2018)

Ante o exposto, voto no sentido de condenar o agravado ao pagamento de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), a título de honorários advocatícios em favor dos patronos do agravante.

Ocorre que a solução do presente caso merece tecer algumas considerações.

Cumpra esclarecer que se trata, na origem, de ação de execução por quantia certa contra devedor solvente (recorrente) em que o credor (recorrido) necessitou da provocação do Poder Judiciário para a satisfação do seu direito, qual seja, recuperação do seu crédito.

A ausência de localização de bens passíveis à satisfação do crédito aliada ao longo transcurso de prazo, permitiu a configuração da prescrição intercorrente. Não se pode, todavia, considerar que foi o credor insatisfeito o causador do ajuizamento da execução, penalizando-o não apenas com a perda de seu patrimônio, mas também com o ônus de arcar com os honorários do advogado do devedor.

Trata-se de clara incidência do princípio da causalidade em desfavor do executado, pois, em que pese a execução tenha sido extinta pela prescrição intercorrente, o pedido executório foi decorrência do não cumprimento da obrigação de forma voluntária.

Tal entendimento encontra guarida na jurisprudência desta Corte, segundo a qual a responsabilidade pelo pagamento de honorários e custas deve ser fixada com base no princípio da causalidade, pois a parte que deu causa à instauração do processo deve suportar as despesas dele decorrentes.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. JUROS. RUBRICA ACESSÓRIA. PRESCRIÇÃO. INCIDÊNCIA DO PRAZO DA

OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS. SUCUMBÊNCIA E PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. MODIFICAÇÃO. DECORRÊNCIA LÓGICA DO JULGADO. OFENSA À COISA JULGADA. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

(...)

2. A responsabilidade pelo pagamento de honorários e custas deve ser fixada com base na sucumbência e no princípio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa à instauração do processo deve suportar as despesas dele decorrentes.

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(Quarta Turma, AgRg no AREsp 38.930/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe de 30.3.2015).

O princípio da causalidade inspirou o entendimento compendiado no enunciado 303 da Súmula deste Tribunal: "Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios."

Não fosse o suficiente, tem-se que o sistema processual civil consagra os princípios da efetividade (art. 4º), da boa-fé processual (art. 5º) e da cooperação (art. 6º), tudo no intento de que a prestação jurisdicional seja não somente rápida e correta, mas também eficaz, efetiva.

A parte move a execução no intento de que haja a satisfação da obrigação e de que a seu título seja dada eficácia. Se não houve satisfação por impossibilidade material, por ausência de cooperação por parte do devedor, não há de se fazer com que o exequente arque com os ônus, eis que não deu causa ao processo.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). ART. 85 DO CPC. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS EM FAVOR DO ADVOGADO DA PARTE EXECUTADA. DESCABIMENTO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. PRECEDENTES DO STJ.

1. Ação de execução de título executivo extrajudicial proposta contra o cliente do advogado que recorre em nome próprio.
2. Controvérsia em torno da possibilidade de condenação da parte exequente ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais no caso de extinção do processo de execução pela prescrição intercorrente.
3. Apesar da dicção do art. 85 do CPC, nem sempre o "vencedor" e o "vencido" são, respectivamente, os únicos sujeitos passíveis de serem credores e devedores de honorários advocatícios sucumbenciais.
4. Há situações em que, mesmo não sucumbindo no plano do direito material, a parte vitoriosa é considerada como geradora das causas que produziram o processo e todas as despesas a ele inerentes.
5. "O princípio da causalidade não se contrapõe ao princípio da sucumbência. Antes, é este um dos elementos norteadores daquele, pois, de ordinário, o sucumbente é considerado responsável pela instauração do processo e, assim, condenado nas despesas processuais. O princípio da sucumbência, contudo, cede lugar quando, embora vencedora, a parte deu causa à instauração da lide" (REsp 303.597/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/04/2001, REPDJ 25/06/2001, p. 174, DJ 11/06/2001, p. 209).
6. Caso concreto em que a prescrição intercorrente por ausência de localização de bens não afasta o princípio da causalidade em desfavor da parte executada, nem atrai a sucumbência para a parte exequente.
7. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.
(REsp 1835174/MS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 11.11.2019);

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. DECLARAÇÃO, NA ORIGEM, DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PRECEDENTE.

1. Em face do princípio da causalidade, sequer se justificaria a imposição de sucumbência ao exequente, frustrado em seu direito de crédito, em razão de prescrição intercorrente. Isso porque quem deu causa ao ajuizamento da execução foi o devedor que não cumpriu a obrigação de satisfazer dívida líquida e certa e, proposta a execução, não indicou bens aptos ao cumprimento da obrigação. Não cabe,

Superior Tribunal de Justiça

todavia, em recurso apenas do beneficiário dos honorários, reformar o acórdão recorrido em seu prejuízo. Precedente.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1711219/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 20.5.2019).

Dito isso, não é possível a reforma do acórdão recorrido para determinar a fixação dos honorários de sucumbência nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Mas também, com o fim único de evitar a *reformatio in pejus*, mantenho a fixação dos honorários nos moldes em que determinada pelo acórdão recorrido.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília/DF, 26 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora